Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

ACTA Nº12

No dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, nº 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória.

Presidiu à sessão a srª Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelo 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva, todos do PS.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes todos os membros da assembleia de freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita bem como todos os membros da Junta de Freguesia.

Pelo Partido CHEGA – Vera Filipa Lopes Ribeiro, que tomou posse nesta sessão.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação "Tomar Queremos Responder" – Teresa Maria Ribeiro da Fonseca Ramos.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, António Joaquim Lopes Ferreirinha, Joaquim Dias Palricas e José António Fernandes Ferreira. A vogal Cristina Alexandra Duarte Brito Alves (PSD) não compareceu devido a problemas de saúde, o que foi comunicado no acto pela sua bancada tendo a mesa aceite a justificação.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Ricardo António Ribeiro Simões e Sílvia Catarina Henriques de Sousa.

A Presidente da Mesa abriu os trabalhos saudando os presentes e dirigindo-se ao público questionou se alguém queria inscrever-se para intervir, ninguém o tendo feito.

Período Antes do Período da Ordem do dia:

Logo de início foi submetido a votação o Voto de Pesar apresentado pela bancada do PSD pelo Falecimento do eng. Acácio Norte (antigo Presidente da Junta), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Seguidamente pediu a palavra o Presidente da Junta Augusto Barros (PS) para informar que participou no funeral em representação da Junta tendo apresentado condolências à família, e sugeriu que fosse guardado um minuto de silêncio pela assembleia, o que foi aprovado e cumprido de imediato.

Alexandre Horta (PSD) pediu esclarecimentos ao Tesoureiro por este ter votado contra a atribuição de 3 subsídios a colectividades, conforme divulgado na comunicação social. Em resposta o Tesoureiro José Marques (PS) esclareceu que votou a favor da aprovação de um dos subsídios (à Nabantina, no valor de 2.250 euros) mas votou contra a aprovação dos outros dois por entender que nessa atribuição havia falta de equidade.

Continuando no uso da palavra Alexandre Horta (PSD) afirmou congratular-se pelo facto de o Presidente da Junta ter comunicado na assembleia municipal que vão ser abertas valetas na estrada que passa em Juncais de Cima, não obstante isso contrariar a posição que tomara na última assembleia de freguesia quando o PSD suscitou a premência de realização de obras nessa via.

Em resposta Agusto Barros (PS) referiu que na assembleia de freguesia fora questionado quanto ao asfaltamento da rua da escola José Patrício e foi nessa altura que disse não ser oportuno fazer de imediato as obras na estrada de Juncais, que estas ficariam para altura própria uma vez que há diversas obras e trabalhos em curso naquela zona.

Interveio então Joaquim Palricas (PSD) dizendo que na anterior reunião da assembleia a sua bancada explicara que a estrada em questão é quase uma via de cintura à cidade, necessitando de arranjos e que no momento o Presidente da Junta negara a prioridade dessas obras, atitude que depois contrariou com a posição tomada na assembleia municipal.

No Período da Ordem do dia:

Ponto 1. Análise, discussão e votação da ata da última sessão.

Submetida a votação, a ata foi aprovada por unanimidade dos habilitados.

Ponto 2. Análise, Discussão e Votação do Plano de Actividades, Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos – 2024.

Dada oportunidade ao executivo para apresentar o documento foi designada a vogal Sara Costa (PS) para o fazer, tendo a mesma feito uma explanação geral sobre o mesmo percorrendo os seus diversos capítulos e sublinhado vários aspectos designadamente o incentivo à participação dos fregueses com a melhoria do conteúdo do site e a transmissão online das reuniões da assembleia, a intervenção na área social em rede com outras instituições, o conjunto de pavimentações previstas para o próximo ano.

Seguidamente José Ferreira (PSD) leu uma declaração preparada pelo seu grupo que justifica o respectivo voto contra a aprovação do documento, com o seguinte conteúdo:

Declaração na sessão Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2024:

É com alguma apreensão que verificamos que todas as deficiências apontadas no ano passado se voltam a verificar, ou ainda se agravaram.

O Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos são elementos fundamentais para a gestão da Junta de Freguesia.

O que nos é apresentado é um conjunto de documentos sem qualquer ambição, cingido ao financiamento público instituído e consolidado, não havendo nenhum vislumbre de um eventual aproveitamento de avisos de candidaturas que poderão existir nos quadros de apoio disponíveis. Prova disso mesmo é a forte componente orçamental destina à despesa corrente, cerca de 77% e apenas 23% para investimento.

Realçar ainda que sendo a ação social "em primeiro" no orçamento, apenas 1,3% das verbas estão destinadas a esta rúbrica.

É lamentável que o documento apresentado se revele nada inovador e que não consiga consubstanciar aquilo que é explanado no Plano de Atividades (PA). Por outro lado, existem rúbricas no orçamento que não existem no PA, como

por exemplo "Teatro Lisboa" e "Teatro juvenil". Que, aliás, no orçamento nem está visível (está na conta "Iniciativas da Freguesia"), só é visível no Plano Plurianual.

Ao ler o PA constatamos que, na sua maioria, são medidas avulsas e "requentadas" de anos anteriores e onde poucas respostas conseguimos obter, mas muitas perguntas surgem. Podemos resumi-las em curtas palavras: Como? O quê? Orçamento? Onde? Quais?

Passamos a elencar:

Relações exteriores, comunicação e imagem

a) Renovar o site da União de Freguesias introduzindo novas ferramentas e utilidades; Onde está no ORÇAMENTO?

b) Implementar o "Portal a minha Junta" ...; COMO? ORÇAMENTO?

d) Pugnar pela segurança da nossa União de Freguesias; COMO?

e) Transmissão das assembleias via internet; ORÇAMENTO?

Ação social e habitação

b) Continuar o trabalho nos bairros sociais; COMO?

d) Promover workshops nos bairros sociais; COMO? O QUÊ?

g) Elaborar um projeto de teleassistência a idosos e a pessoas com deficiência e incapacidade, em parceria com a PSP e outras entidades públicas; ORÇAMENTO?

k) Apoiar as comunidades de imigrantes e minorias étnicas com vista à sua inclusão; COMO?

n) Continuar a encetar esforços de formar e tornar cada vez mais a Comissão Social de Freguesia num instrumento eficaz de combate aos desequilíbrios sociais existentes na freguesia; COMO?

s) Tardes com CALMA...; ORÇAMENTO?

u) Criação de um banco de ajudas técnicas...; ORÇAMENTO?

w) Parque infantil da Cidade Nova, com rappel, escalada e outros mais modernos; ORÇAMENTO?

x) No Dia do Idoso, celebrar a "Semana Sénior" ...; ORÇAMENTO?

aa) No início do ano letivo, oferecer kit de material escolar...; ORÇAMENTO?

bb) Nesta alínea, o Executivo em vez de estar preocupado com as condições de falta de segurança e higiene atuais dos moradores, está preocupado com questões administrativas que no imediato nada de novo trazem à vida das pessoas;

Educação / Cultura

e) Sensibilizar as nossas crianças e jovens sobre a segurança rodoviária, questões ambientais e cívicas; COMO?

k) Apoiar o comércio local e serviços, através de iniciativas e campanhas; COMO?

t) Incentivar os jovens à participação desportiva, recreativa e cultural; COMO?

u) Apoiar o desporto adaptado?

v) Envolver a comunidade escolar em projetos direcionados para o nosso património cultural e natural; COMO?

w) Incentivar boas práticas de alimentação saudável; COMO?

x) Pugnar por um novo jardim de infância na cidade; COMO? ONDE?

Desporto, juventude e tempos livres

b) Apoiar atividades culturais de interesse para a Freguesia; QUAIS?

f) Recuperar em parceria com a Câmara Municipal de Tomar o campo de jogos na Água das Maias...; ORÇAMENTO?

Obras e manutenção de espaço público

c) Pugnar pela eliminação de barreiras arquitetónicas e urbanísticas; COMO? ONDE?

e) Pugnar por uma rede de transportes públicos com baixos níveis de CO2 e com rotas mais abrangentes; QUAIS?

Neste documento, das trinta e duas propostas formuladas pelo Grupo do PSD para o PA de 2024, apenas três foram induzidas, sendo que outras três transitaram do ano transato:

- *Transmissão das assembleias de freguesia via internet;*
- *Asfaltamento da Travessa da Igreja em Cabeças;*
- *Asfaltamento da Travessa Gonçalves Farinha em Cabeças;*

Estas três novas para 2024, e:

- *Promover a regularidade de visitas por equipas multidisciplinares aos bairros sociais para acompanhamento e aconselhamento da atividade doméstica e de conservação das habitações;*
- *Promover a cooperação das associações em atividades da freguesia.*
- *Criação/correção de sinalética dirigida aos monumentos da freguesia.*

Estas vindas já no ano passado.

Não temos ilusões que esta exígua operação, meramente cosmética, apenas quis fazer cumprir a imposição legal de ouvir a oposição.

Não deixaremos de exercer uma análise critica, que se espera de qualquer oposição responsável.

Tal como no ano transato, o Executivo optou por incluir no Plano um vasto conjunto de itens, quase uma centena, alguns efetivamente, de reconhecida importância, mas muitos outros muito duvidosa possibilidade de implementação, que se resumem a conceitos vagos e genéricos, que carecem, em nossa opinião de objetividade e contextualização, deixando, assim e apenas, transparecer a ideia de "querer mostrar serviço".

Como já afirmámos, não podemos deixar de manifestar a nosso desagrado com a falta de coerência entre o Plano de Atividades e o Orçamento e Plano Plurianual de Investimento.

Interveio de seguida Alexandre Horta (PSD) solicitando que o executivo respondesse às questões suscitadas na declaração acabada de ler.

Augusto Barros (PS) afirmou ser preocupação fundamental do executivo não ir além do que é possível com os meios existentes mas recusou acusações de falta de iniciativa que muitas vezes é apontada quando os assuntos nem são da competência da Junta, dando como exemplo Casal de Frades cujo projecto está a ser elaborado mas sendo a maioria das tarefas previstas da responsabilidade da câmara, sem prejuízo de a Junta dar os seus próprios contributos. Acrescentou ainda que grande parte das questões sugeridas pelo PSD já estão em execução.

Sara Costa (PS) reafirmou ser este o plano estratégico do executivo e que o mesmo é desenvolvido em muitas áreas em parceria com outras instituições, por exemplo a Junt´Anima no que diz respeito a práticas desportivas.

O Tesoureiro José Marques (PS) esclareceu que a verba para transmissões online está no orçamento e que no PPA encontram-se as verbas para diversas actividades que o PSD diz constarem do Plano mas não terem previstos os respectivos meios.

Rui Bugalhão (PS) afirmou que grande parte das propostas apresentadas pelo PSD quando auscultado na fase da audição da oposição são descabidas e colidem com as actividades e iniciativas próprias de associações e clubes, tendo Alexandre Horta (PSD) retorquido que as questões suscitadas são pontos do plano de actividades que o seu grupo quer ver esclarecidas, tendo Rui Bugalhão (PS) replicado que os meios estão elencados em diversas rubricas do orçamento, conforme disse o sr. Tesoureiro.

Teresa Ramos (CDS) pediu esclarecimentos sobre diversos pontos designadamente acção social (pág. 2), apoio alimentar, alíneas K) e m) e junta sénior.

Em resposta Sara Costa (PS) pronunciou-se sobre essa matéria e disse que a técnica tem acompanhado visitas aos bairros sociais, remetendo ainda para a informação escrita que será apreciada mais adiante.

Teresa Ramos (CDS) solicitou ainda que o Presidente explicasse o facto de serem dados 17 cabazes em 2 meses, tendo Augusto Barros (PS) dito que todos os dias aparecem pessoas com carências alimentares graves, inclusive de alojamento. Vêm através do SAS e pedem para entregarmos cabazes. Assegurou que a Junta não vira as costas a ninguém e que tem havido coordenação com outros parceiros da rede.

Teresa Ramos (CDS) quis ainda saber relativamente aos 17 cabazes entregues quantas famílias eram portuguesas, ao que o Presidente da Junta se limitou a responder que os cabazes são entregues a pedido das outras entidades.

Vera Ribeiro (Chega) perguntou quais os custos da transmissão das sessões online, pediu esclarecimentos sobre as medidas de apoio a idosos e justificando a sua desaprovação do Plano e Orçamento leu a seguinte declaração de voto:

O Partido CHEGA tem uma visão claramente diferente da estratégia para a freguesia urbana de Tomar em relação ao que é proposto por este executivo, na nossa opinião a freguesia "caminha para a estagnação e retrocesso", o proposto pelo executivo, não deixa "uma esperança para os anos vindouros".
Não conseguimos perceber como não foram consideras as nossas propostas a este plano de atividades, visto que eram propostas que beneficiavam a freguesia e os fregueses.
O Deputado eleito pelo Partido CHEGA considera que as medidas previstas para 2024 "não contêm os meios imprescindíveis" para travar a perda e o envelhecimento da população da freguesia, nem para criar atrativos e investimentos na freguesia.
Votar a favor deste orçamento seria uma traição aos fregueses em especial aos que fizeram do Partido CHEGA a terceira maior força política em Tomar.
A deputada eleita pelo Partido CHEGA tomou a decisão de votar contra, sobre o Plano de atividades, Orçamento Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2024.

Augusto Barros (PS) informou ter a indicação de que as transmissões custariam 350 euros por cada sessão, num total anual de cerca de 1.500 euros. Quanto ao apoio a idosos disse que a Junta procura levantar os casos de isolamento e abandono de idosos, acode ao que é possível e encaminha os outros casos para a Câmara.

Nesta altura a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) pontualizou o facto de nas anteriores intervenções do PSD o que se pretendia era ver explicitado onde estão no orçamento os meios financeiros adequado ao plano de actividades apresentado.

Joaquim Palricas (PSD) questionou quem vai gerir o projecto de tele-assistência a idosos, se a Junta foi ouvida no âmbito do projecto de segurança já em curso, se a comissão social da freguesia, criada salvo erro em 2014 tem reunido, afirmando que a associação que representa nunca foi convocada. Relativamente ao apoio ao desporto adaptado disse não ter detectado verbas para o efeito. Quanto às alíneas k) e l) – apoio ao comércio local – perguntou quem paga as acções de formação às guias de turismo e para quem é que elas vão trabalhar. Por fim considerou ser excessiva a profusão de actividades relacionadas com os idosos.

Augusto Barros (PS) respondeu que quanto às acções de tele-assistência temos que procurar soluções de futuro. Disse ter tido reuniões com o comando da PSP devido a problemas graves que têm acontecido, tendo insistido na necessidade da videovigilância, embora seja um assunto complexo, do âmbito da câmara, por ter implicações quanto à protecção de dados. Esclareceu ainda que o conselho social tem reunido com proveito.

Celeste Sousa (PS) salientou a necessidade de manter actualizado o elenco de parceiros.

Prosseguindo Augusto Barros (PS) disse ainda que a Câmara já teve apoios ao comércio local com a atribuição de cartões, apoios esse que actualmente não tem. E que a Junta promove actividades de dinamização com o apoio da câmara, como sucede presentemente na Rua Amorim Rosa, registando-se crescente adesão dos comerciantes. Quanto aos guias turísticos salientou que têm sido desbravados percursos pedestres em colaboração com agrupamentos escolares, rotários e outras entidades, dando como exemplo o percurso da ponte de Peniche, com a devida sinalética de informações.

Joaquim Palricas (PSD) questionou se tem havido interligação entre instituições de cariz social, se a rede está activa, e, perante resposta positiva, considerou que o Plano de actividades não deveria dizer "promover actividades" mas sim "manter actividades". Questionou também se a freguesia é responsável pela cesta solidária no âmbito concelhio ou apenas da freguesia, uma vez que no diagnóstico social consta que a freguesia é responsável pela dita cesta solidária. E quanto à recuperação do campo de jogos da Água das Maias disse ser um projecto importante num equipamento que está desaproveitado, mas manifestando estranheza por ter ali sido colocada uma mesa e uns bancos em local discutível, muito próximo da via e sem ter assegurada uma sombra.

Augusto Barros (PS) disse que aquele espaço vai ser dividido designadamente entre área de estacionamento e balneários, contando-se com o apoio da câmara porque a Junta sozinha não tem meios. Disse ainda que a colocação da mesa e bancos no local em que se encontram foi pelo facto de ser um espaço mais plano, podendo tais equipamentos ser facilmente deslocados para outro local. Quanto ao conjunto da obra em si afirmou ter-se conseguido concretizá-la pelo valor orçamentado, contrariando a bancada do PSD que duvidava dessa possibilidade.

Rui Bugalhão (PS) relativamente ao alegado excesso de actividades destinadas a idosos comentou que possivelmente há um ano atrás acusavam-nos de não se fazer nada pelos idosos e agora já dizem que é demais.

Neste momento Joaquim Palricas (PSD) questionou se alguém desta assembleia de freguesia foi convidado para ir no passeio do idoso e se efectivamente foi alguém.

De imediato Rui Bugalhão (PS) declarou que foi convidado e que tem ido com os idosos todos os anos com muito gosto.

Augusto Barros (PS) esclareceu que há sempre 2 lugares em cada autocarro reservados para acompanhantes, técnicos ou pessoal administrativo, e que o Rui Bugalhão ofereceu-se para um lugar que estava em falta.

Alexandre Horta (PSD) declarou o propósito de o seu grupo vir a apresentar um requerimento escrito ao executivo para responder às questões colocadas e que não foram respondidas.

O Tesoureiro José Marques (PS) explanou então as grandes linhas do orçamento, designadamente no capítulo das receitas, discriminando-as por categorias e valores, que totalizam 892.762,03 euros. Identicamente escalpelizou as despesas, com discriminação por áreas e referiu que a verba destinada a eleições terá que vir a ser reforçada porque se previa um único acto eleitoral e já é certo que haverá dois.

Alexandre Horta (PSD) após considerar que atingindo os custo com pessoal cerca de 45% do total não resta grande margem para afectar a outras actividades, enunciou de seguida diversas questões a que foi dada resposta individualizada Assim:

Contrato com os CTT com menos 40% de receita do que em 2022. Resposta do Tesoureiro: porque recebemos menos do que esperávamos e por isso procedemos à correcção.

Verba de 10.000 euros da festa dos Tabuleiros. Resposta: Não sabemos o valor exacto do valor que a Comissão Central já prometeu, sem quantificar.

Previsão de acréscimo de 35% de custo com pessoal do quadro comparada com apenas mais 12% de encargos para a segurança social. Resposta: parte do pessoal está a recibo verde, pelo que não paga contribuições para a segurança social.

Pessoal em regime de tarefa ou avença substancialmente superior ao ano anterior, na ordem do triplo. Resposta: Vamos contratar mais pessoal. Actualmente são cerca de 7 pessoas.

Subsídio de penosidade ou perigosidade baixa 38% porquê? Resposta: Depende da necessidade de realização das tarefas que dão direito a tal subsídio e que tem baixado.

Custos com gasóleo baixam de 19.000 euros para 6.000 euros. Resposta: em resultado do contrato com a câmara, que nos faculta abastecimento de grande parte das necessidades.

Justificação da verba de 15.000 euros para estudos, pareceres e projecto. Resposta: pagamento a consultores financeiros, assistência informática, projecto da Cidade Nova e provavelmente também da zona de desporto/lazer da Água das Maias.

Verba de apenas 12.000 euros para acção social, área que o actual executivo elege como prioritária. Resposta: Não temos grande necessidade de adquirir alimentos, dadas as quantidades que nos são proporcionadas gratuitamente, mas pode haver necessidade disso e daí a inscrição daquele montante.

A que locais se destinam os abrigos de passageiros para os quais está inscrita a verba de 5.000 euros. Resposta: zonas onde não há abrigos, como por exemplo Carvalhos de Figueiredo, frente ao condomínio, com a informação de que o custo de cada abrigo é de cerca de 1.200 euros.

Por fim peguntou onde está a verba destinada à elaboração do novo inventário: Resposta: Conta 02.02.14 (15.000 euros, que se destinam a essa e outras finalidades).

José Ferreira (PSD) quiz saber quais as áreas em que trabalha o pessoal que está a recido verde, tendo sido informado pelo Presidente da Junta que são ajudantes de cantoneiro, além da técnica de serviço social.

Rui Bugalhão (PS) congratulou-se com o facto de a freguesia continuar com boa saúde financeira, equilíbrio e boas contas, o que ano após ano permite cumprir os objectivos.

Em resposta Alexandre Horta (PSD) comentou que é tudo gestão corrente e falta de ambição, retorquindo Rui Bugalhão que é por isso que o PS tem governado a Junta e o PSD tem estado na oposição.

Joaquim Palricas (PSD) disse ainda que as perguntas colocadas pelo PSD tanto quanto ao plano de actividades como quanto ao orçamento se baseiam na falta de coerência entre aqueles dois documentos.

Por fim Rui Bugalhão (PS) acrescentou que há outras actividades de acção social que não estão contabilizadas na verba prevista de 12.000 euros, como é o caso da remuneração da assistente social e que além disso não é contabilizado em parte alguma o valor dos donativos de géneros feitos à Junta e distribuídos.

Submetido a votação foi este documento aprovado com a seguinte votação: 6 votos a favor (PS) e 6 votos contra (4PSD+1Chega+1CDS), com voto de qualidade da Presidente da mesa.

Declaração de voto do PSD – Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2024 .

É com alguma apreensão que verificamos que todas as deficiências apontadas no ano passado se voltam a verificar, ou ainda se agravaram.

O Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos são elementos fundamentais para a gestão da Junta de Freguesia. Tal como no ano transato, o Executivo optou por incluir no Plano um vasto conjunto de itens, quase uma centena, alguns efetivamente, de reconhecida importância, mas muitos outros muito duvidosa possibilidade de implementação, que se resumem a conceitos vagos e genéricos, que carecem, em nossa opinião de objetividade e contextualização, deixando, assim e apenas, transparecer a ideia de "querer mostrar serviço".

O que nos é apresentado é um conjunto de documentos sem qualquer ambição, cingido ao financiamento público instituído e consolidado, não havendo nenhum vislumbre de um eventual aproveitamento de avisos de candidaturas que poderão existir nos quadros de apoio disponíveis. Prova disso mesmo é a forte componente orçamental destina à despesa corrente, cerca de 77% e apenas 23% para investimento.

Realçar ainda que sendo a ação social "em primeiro", no orçamento, apenas 1,3% das verbas estão destinadas a esta rúbrica. É lamentável que o documento apresentado se revele nada inovador e que não consiga consubstanciar aquilo que é explanado no Plano de Atividades (PA). Portanto, tal como em anos anteriores, não podemos deixar de manifestar a nosso desagrado com a falta de coerência entre o Plano de Atividades e o Orçamento e Plano Plurianual de Investimento.

Ao lermos o PA constatamos que, na sua maioria, são medidas avulsas e "requentadas" de anos anteriores e onde poucas respostas conseguimos obter, mas muitas perguntas surgem. Podemos resumi-las em curtas palavras: Como? O quê? Orçamento? Onde? Quais? Neste documento, das trinta e duas propostas formuladas pelo Grupo do PSD para o PA de 2024, apenas três foram induzidas, sendo que outras três transitaram do ano transato.

Não temos ilusões que esta exígua operação, meramente cosmética, apenas quis fazer cumprir a imposição legal de ouvir a oposição. Não deixaremos de exercer uma análise critica, que se espera de qualquer oposição responsável.Por todo o expendido, considerando-se que o executivo poderia adotar uma postura mais inovadora, o Grupo do Partido Social Democrata irá votar contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024.

Ponto 3. Analise, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal - 2024.

Concedida a palavra a Joaquim Palricas (PSD) considerou que o mapa é exactamente igual ao que está em vigor. Questionou ainda até quando continuará a assistente social a recibo verde. E considerou que os assistentes administrativos de apoio aos órgãos autárquicos totalizavam 5 pessoas antes da agregação, sendo actualmente 6 pessoas.

José Ferreira (PSD) disse que é pena que não tenhamos mais pessoas efectivas.

Augusto Barros (PS) esclareceu que há pessoal em vias de ir para a reforma e que não há mais pessoas nos quadros devido aos encargos, que o próprio PSD ainda há pouco reconheceu representarem 45% dos custos totais.

Submetido a votação foi este documento aprovado com a seguinte votação: 7 votos a favor (6PS+1CDS) e 5 abstenções (4PSD+1Chega).

Ponto 4. Apreciação e Discussão da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

Joaquim Palricas (PSD) questionou se os 17 cabazes de emergência foram para a totalidade do município ou só para a freguesia.

Augusto Barros (PS) respondeu que no diagnóstico social se previa a cesta básica como modalidade de apoio na área do município, mas nós propusemos que a intervenção da junta urbana se limitasse à respectiva área, desconhecendo-se o que ficou a constar.

Teresa Ramos (CDS) considerou que para actividades Junta Educa |Formação COTS – Tractor é mencionada a articulação com a Ajarne mas não se esclarece se há custos para a freguesia nem estes são explicitados.

Augusto Barros (PS) respondeu que há diversos custos que não são contabilizados, por exemplo os relacionados com a utilização do tractor da Junta para as formações e avaliações, mas que ainda assim a Junta entende que estas actividades devem ser realizadas e apoiadas pela autarquia pelo interesse que têm.

Em seguida o Presidente da Junta Augusto Barrros (PS) pediu a palavra e no uso dela procedeu à leitura do seguinte texto a que chamou direito de resposta que igualmente irá enviar para os jornais em que foi publicado o artigo da autoria de Alexandre Horta (PSD), membro desta assembleia:

Direito de Resposta

Artigo "Cada macaco no seu galho" (O Templário) Artigo "A IPSS Surpresa: A Junta de Freguesia de Tomar (Cidade de Tomar)

Após leitura e análise aos artigos acima referidos, saídos a público n'O Templário de 7 dezembro e no Cidade de Tomar de 24 de novembro do corrente ano, vem este Executivo da Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, concelho de Tomar, referir o seguinte:

- Não é nosso apanágio entrar nisto do "escreve e dá resposta", mas desta vez, não podemos deixar de dizer alguma coisa sobre o assunto em questão.

- É de lamentar que a instituição Junta de Freguesia/Comissão Social de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais sejam tão maltratadas por certa franja da sociedade Tomarense.

- *Desde sempre que esta entidade tem tido no seu programa de ação a causa social e apoiando aqueles que todos os dias batem à porta da Junta de Freguesia.*

- *Conhecemos perfeitamente a legislação e, por isso, o trabalho que está a ser feito já há muito tempo, para não dizer desde sempre e que, pelos vistos, começou agora a incomodar algumas pessoas, (vá se lá saber o porquê...) tem sido uma mais valia desta Junta de Freguesia.*

- *Assim vejamos: Programas – "Juntos pelos Nossos"; "Arvores de Natal"; "Pirâmide de Natal"; "Tampinhas" destinadas à instituição Resitejo e revertidas em euros.*

Quem beneficia destas verbas? Em partes iguais:

- *Caritas – Cire – Cruz Vermelha - Acrescer – e anteriormente também a Apat.*

- *Nunca quisemos nem queremos substituir instituições cujo valor é sobejamente reconhecido e de grande utilidade, mas sim, contribuir, dentro dos meios ao nosso alcance, para minimizar o sofrimento e as carências de tantos fregueses, nomeadamente nos Bairros 1º de Maio, Sra. dos Anjos, Barro do Colégio e ainda aqueles mais isolados em parceria com técnicas da área social da Câmara Municipal de Tomar.*

- *Se, como diz os referidos artigos, há uma crescente procura por parte de quem tem parcos recursos e, estando nós no terreno, sabendo de situações críticas, achamos em consciência que o que tem sido feito e continuaremos a fazer, tem todo o significado nestes momentos difíceis que atravessamos.*

- *Temos parceria com o Continente há mais de 25 anos, nesta altura Missão Continente que nos convida para certos ventos de apoio social.*

Mas esqueçam esta nossa parceria em Tomar e consultem o Historial da Missão Continente e vão encontrar muitas Câmaras Municipais e muitas Juntas de Freguesia envolvidas neste programa.

- *Somos de política, mas fazêmo la atendendo às necessidades dos fregueses que são muitas e requerem respostas necessárias e urgentes.*

- *Lamentavelmente, há gente que não lhe interessa entender, que gosta de se fazer ouvir, de relativizar, negligenciar ou rebaixar o trabalho dos outros com expressões tão indignas quanto a dos títulos destes artigos.*

- *Não pretendemos, de todo, tirar o prestígio a ninguém e também não nos regemos por princípios de protagonismo ou "angariação de utentes".*

- *O nosso trabalho, ao longo destes anos, está bem visível aos olhos de quem o quiser ver e não "badalamos" o que fazemos porque, para nós, Junta de Freguesia, o importante é realmente fazer e acreditar que estamos a contribuir minimamente para dignificar uma sociedade feroz, agreste e cada vez mais difícil.*

- *É óbvio que perante isto, não poderíamos deixar de manifestar aqui a nossa indignação pelo que foi dito, visto que também, somos nós, muitas vezes chamados a recolher alimentos confecionados e sacadas de pão em superfícies comerciais quando as entidades que o deveriam fazer, simplesmente não aparecem. Acontece muitas vezes em feriados e fins de semana.*

- *Que seres humanos, que Junta Social seria esta, se ao invés de levantar o que nos é oferecido, disséssemos Não?*

- *Vamos, no dia seguinte, distribuímos a quem necessita, caso contrário, o lixo seria o destino.*

- *Trabalhamos para o bem-estar, para a ajuda, para o conforto dos nossos fregueses sem quaisquer outras intenções que nos querem atribuir.*

- *Continuaremos o nosso rumo porque estes são os nossos princípios e os nossos valores, contribuindo assim, dentro das nossas possibilidades para uma menor exclusão social, mesmo sabendo que, no futuro, algumas pessoas que nos atacam hoje, estando aqui amanhã, irão liquidar eventos nossos que têm tido o êxito que todos conhecem.*

. Só a título de exemplo, "Junt'Anima"; "Juntos pelos Nossos", "Inter-Escolas"; "Gabinete da área social"; "Gabinete de Eventos Socio-Culturais", atividades de solidariedade social - Junta +Sorrisos: Padrinho Natalício, se possível, até o Posto de Correios que tem sido um sucesso.

- *Enfim, o Povo estará cá para os julgar, a Vós e a Nós. Augusto Barros - Presidente da Junta*

Joaquim Palricas (PSD) quis saber se este direito de resposta é para ser publicado nos jornais, acrescentando comungar da opinião de que há pessoas muito mais capazes e habilitadas para fazer este trabalho com a vantagem de que sobraria mais tempo aos membros do executivo.

Rui Bugalhão (PS) lamentou que hoje em dia a parte social seja vista de forma tão ligeira como é retratado pelo PSD, parecendo até que é mais importante o corte das ervas do que garantir comida às famílias necessitadas.

José Ferreira (PSD) relativamente à Missão Sorriso questionou que verbas foram geradas e onde foram aplicadas, acrescentando que a Junta não é uma IPSS.

Joaquim Palricas (PSD) interveio de novo visando responder à questão política levantada pelo colega Rui Bugalhão, para o que invocou o facto de o Presidente da Junta ter citado há pouco a notícia de imprensa de que a pobreza está a aumentar em Portugal, concluindo que isso revela a falência das políticas do PS desde há vários anos.

Rui Bugalhão (PS) retorquiu dizendo que tinha falado de consciência social e questionou se o PSD se algum dia estiver à frente desta Junta irá cessar a parceria com o Continente. Acrescentando que não interessa saber se a culpa da pobreza no país é do PS mas sim se aqui na freguesia há quem precise de ajuda.

Teresa Ramos (CDS) afirmou que há uma rede organizada e que se a Junta responde às pessoas carenciadas faz mal. Disse ainda saber de pessoas que vão levantar bens alimentares à Caritas e na semana seguinte vêm à junta buscar um cabaz.

Alexandre Horta (PSD) voltou a intervir afirmando que mantém a posição que expressou no artigo e que a Junta tem um papel na acção social mas não é a de entregador, devendo cingir-se a uma intervenção excepcional relativamente a quem está no terreno. Aproveitou ainda para suscitar diversas questões avulsas ao executivo: junto ao Hotel dos Templarios o asfalto necessita de reparação; no cartaz da feira das velharias da Venda Nova aparece o logotipo da Junta de Freguesia – que apoio é dado?; falta ligar a rede de esgotos em Carvalheiros, apesar de parecer tudo pronto; no mesmo local é frequentemente praticado excesso de velocidade; na EN 110 a ligação Alvito à Cidade Nova está por asfaltar.

Augusto Barros (PS) respondeu: quanto à reparação do asfalto junto ao HoteL o assunto é da câmara e a bancada do PSD tem representante na assembleia municipal; a ligação dos esgotos à rede está a aguardar a instalação de bombas de elevação; quanto ao excesso de velocidade disse estar farto de batalhar com a engenheira da câmara (Margarida), que é contra as lombas; a via de ligação da EN 110 à Cidade Nova não tem condições para ser asfaltada, necessita de ser alargada e além disso o percurso actual atravessa um lote de terreno; quanto ao cartaz da feira das velharias se nele colocaram o símbolo da Junta foi

abusivamente, não falaram connosco. Respondendo a Teresa Ramos informou que os vouchers do ano passado já foram todos levantados.

Rui Bugalhão (PS) e Alexandre Horta (PSD) formularam votos de Bom Natal, tendo o Presidente da Junta Augusto Barros (PS) também apresentado votos de Boas Festas e Próspero Ano Novo.

A presidente desta assembleia agradeceu a todos o trabalho desenvolvido ao longo deste ano e desejou ao Executivo, Assembleia e Público presente um Feliz Natal e um Excelente 2024.

Foi ainda lida e aprovada, por unanimidade, a minuta da ata desta reunião.

E nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada cerca das vinte e quatro horas, da qual para constar foi lavrada a presente acta que depois de aprovada irá ser assinada.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

O 1º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,

A 2ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,